Revista Veritas de Difusão Científica
Recepção: 20-07-2024 Aprovação: 22-08-2024
https://doi.org/10.61616/rvdc.v5i2.130

A Atuação da Força Tarefa Marítima da UNIFIL-ONU (2011)

Dra. Letícia Fernanda de Souza Rodrigues
leticiafernadarodrigues@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-4216-6271
Universidade Federal do Pampa, Brasil

Dr. Márcio Azevedo Guimarães
martiusorla@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-5934-8923
UNIPAMPA, Brasil

Dr. Bernardo Boucinha Bernardi
bernardobernardiufrgs@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-8485-9629
UFRGS, Brasil

RESUMO

Este artigo explora a participação e o impacto da Força Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), liderada pela Marinha do Brasil desde 2011, no contexto da projeção da política externa brasileira da era Lula assim como a recuperação da presença estratégica e econômica brasileira no Oriente Médio como nos anos 1970 e 1980. Discute-se o papel estratégico da FTM na manutenção da segurança marítima e na prevenção de atividades ilícitas, como o tráfico de armas no mar territorial libanês. A operação estende-se por uma Área de Operações Marítimas (AMO) que abrange cerca de quatro vezes o tamanho do mar territorial libanês, fornecendo uma barreira eficaz contra ameaças externas e ajudando a preservar a soberania do Líbano. O artigo também aborda o engajamento do Brasil em tarefas diplomáticas e operacionais, evidenciando como a experiência brasileira contribui para o treinamento e desenvolvimento da Marinha libanesa. Por fim, são destacadas as observações do Tenente General Aroldo Lázaro, reiterando o compromisso contínuo dos soldados de paz, mesmo sob condições desafiadoras, e a importância da data de 29 de maio, Dia Internacional dos Soldados de Paz, que homenageia a coragem e o sacrifício desses homens e mulheres em operações de paz globais.

Palavras chave: UNIFIL, Diplomacia Naval, Cooperação Internacional, Marinha do Brasil, Operações de Paz, Política Externa Brasileira

The Role of the UNIFIL-UN Maritime Task Force (2011)

ABSTRACT

This article aims at analyzing the impact and participation of the United Nations Interin Force In Lebanon Maritime Task Force (MTF), run by the Brazilian Navy since 2011 in the wake of the Brazilian foreign policy expansion in the Lula's era as well as the recovering the economic and the strategic Brazilain presence in the Middle East such as the 1970s and the 80s. It is discussed the strategic rol of MTF in keeping the maritime security and the prevention of illicit activities such as weapon's traffic in the Lebanese territorial waters. The operation spreads to the Sea Operation Zone (SOZ) which encompasses four times the Lebanese territorial waters size, providing a effective barrier against external threats as well as helping to preserve the Lebanese sovereingty. The paper also talks about the Brazilian engagement in operational and diplomatic task, demonstrating how the Brazilian experience contributes for the training and development of the Lebanese Navy. Ultimately, the Lieutenant-General Aroldo Lázaro'remarks are enhanced, underlying the standing compromisse of the peace sodiers even under the defiant conditions and the very importance of the soldiers of peace international day in May 29th, which pays tribute to sacrifice and courage of those women and men in the global peace corp operations.

Keywords: UNIFIL, Navy Operations, International Cooperation, Brazilian Navy, Peace Operations, Brazilian Foreign Policy

INTRODUÇÃO

A participação brasileira no Oriente Médio no campo da política externa de defesa no qual se contextualiza a participação da Marinha do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), se enquadra dentro dos objetivos mais amplos de retomada do protagonismo diplomático e de política exterior brasileiro enquanto grande ator global, o que caracterizou a política externa dos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010)[1]. Este foi o mesmo contexto internacional em relação à política externa brasileira e suas conexões com a política externa de defesa igualmente caracterizaram, durante o governo Lula da Silva, a participação do Exército brasileiro na Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH) e da cooperação de segurança no âmbito da UNASUL com a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa[2].

Cumpre também ressaltar que a presença militar e diplomática brasileira no Oriente Médio remonta na missão de paz da ONU em Suez[3], bem como durante os governos Geisel (1974-1977) e Figueiredo (1978-1985)[4], no contexto da projeção dos interesses comerciais, diplomáticos e estratégicos do Brasil junto a parceiros como Iraque e Líbia, entre outros.

Hyar aponta que o Brasil tem se destacado no Oriente Médio, um resultado direto de seu histórico relacionamento com a região. Esse relacionamento é notável por sua natureza pacífica, focada na resolução de conflitos e na promoção da paz e da segurança. Essa

[1] Os dois governos Lula da Silva foram um momento de confluência de uma nova coalizão política interna, na qual setor industrial e comercial, de um lado, militares e a ala desenvolvimentista do Itamaraty (Ministério de Relações Exteriores, chefiado pelo chanceler Celso Amorim) buscaram uma nova projeção internacional do Brasil aproveitando o aumento dos preços dos produtos primários que o país produz e exporta para vários mercados, além da oportunidade de retomar a parceria comercial e estratégica com países árabes e que se harmoniza com os objetivos de aperfeiçoamento e modernização da Marinha Brasileira na participação de missões navais internacionais.

[2] Assim, a UNIFIL, a MINUSTAH e a integração sul-americana no campo da segurança e defesa com a União de Estados Sul-Americanos se inscrevem dentro do projeto da grande estratégia brasileira de cooperação comercial e estratégica de segurança que conecta as políticas externas e de defesa dentro de um mesmo objetivo de projeção internacional do Brasil enquanto potência regional sul-americana e global player.

[3] De 1957 a 1967, 6 mil militares brasileiros serviram na primeira força de paz no Oriente Médio organizada pela Organização das Nações Unidas, no contexto no conflito existente entre o Estado de Israel, o Egito, e seus vizinhos árabes a partir de 1956. Criado por decreto do Congresso Nacional do Brasil em 22 de novembro de 1956, foi parte da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), em operação no Egito, ao longo do Canal de Suez

[4] VIZENTINI, Paulo G.F. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilaterização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2ª ed. – Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2004.

abordagem tem permitido ao Brasil não apenas manter, mas também fortalecer seus laços com os países do Oriente Médio.

É importante destacar a significativa participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Essa atuação não só amplia a influência política e militar do Brasil na região, como também abre portas para uma cooperação econômica e comercial mais robusta. Estar envolvido na UNIFIL mostra o comprometimento do Brasil em contribuir para a estabilidade regional.

Este ensaio se dedica a analisar como a Marinha brasileira tem atuado junto à UNIFIL. Além disso, um objetivo secundário é aplicar e discutir as teorias de especialistas como Le Miére e Sam Tangredi, entre outros, no contexto da diplomacia naval. A metodologia adotada neste estudo é a revisão bibliográfica, permitindo uma análise aprofundada baseada em literatura especializada.

Nos tópicos seguintes, o trabalho se volta para uma compreensão mais detalhada da diplomacia naval e da atuação da força tarefa da UNIFIL. Abordaremos diversos aspectos da presença brasileira na região, buscando entender como essa interação influencia tanto a política externa brasileira quanto as dinâmicas regionais no Oriente Médio.

Diplomacia Naval e Seus Principais Teoricos

A diplomacia naval pode ser entendida e aplicada de quatro maneiras distintas. A primeira maneira envolve o uso de uma força naval decisiva para criar um fato consumado, com o objetivo de forçar o adversário a se render ou aceitar as responsabilidades decorrentes de uma escalada para conflito armado. Segundo Le Miére (2016), em situações como essa, ambas as partes devem considerar cuidadosamente a intensidade da força utilizada. A parte que emprega a força espera que esta seja suficiente para atingir seu objetivo específico, enquanto

a parte adversária precisa decidir entre ceder ou iniciar um contra-ataque e uma possível retaliação.

Em segundo lugar, o uso da força pode ser intencional, buscando provocar uma reação esperada do alvo. Essa tática visa induzir a parte contrária a tomar uma decisão que, sem a ação provocativa, não ocorreria. Por exemplo, uma força naval limitada pode ser utilizada para promover ou sustentar uma ação política da parte oponente.

O terceiro aspecto considera o uso da força catalítica, que se refere a uma ameaça difusa ou a gestão de algum tipo de crise por meio de medidas preventivas. Este uso é de resultado incerto, pois os objetivos não são claramente definidos.

Por fim, o uso da força expressiva pode apoiar ações diplomáticas tradicionais. Esta forma de diplomacia, como sugerida por Theodore Roosevelt com sua política do "big stick", utiliza a força naval como um meio de convencimento. Navios de guerra são empregados para marcar posição, sustentar ou dar credibilidade a declarações políticas que, por si só, podem não ser muito convincentes, ou para "catalisar emoções", como mencionado por Cable em 1971.

Além disso, como aponta Till (2013), o poder naval possui um valor diplomático significativo por duas razões principais. Primeiramente, porque as marinhas realizam atividades estratégicas semelhantes às dos exércitos e forças aéreas, oferecendo aos diplomatas uma gama mais ampla de opções táticas. Em segundo lugar, as características intrínsecas das forças navais permitem-lhes operar internacionalmente em tempos de paz ou conflito, influenciando e condicionando a política internacional através da livre navegação em alto-mar.

No próximo item, abordaremos a participação da UNIFIL e algumas operações específicas.

A UNIFIL/ONU: Força Tarefa Marítima

A UNIFIL/ONU criada em 1978, que terá em sua estrutura a Força Tarefa Marítima a partir de 2006, diz respeito a uma resposta dada pela comunidade internacional, - através do Conselho

de segurança da ONU que no dia 19 de março de 1978, adotou as Resoluções 425 e 426 -, aos intermináveis conflitos armados da guerra civil libanesa que iniciada no ano de 1975 iria perdurar até 1990.

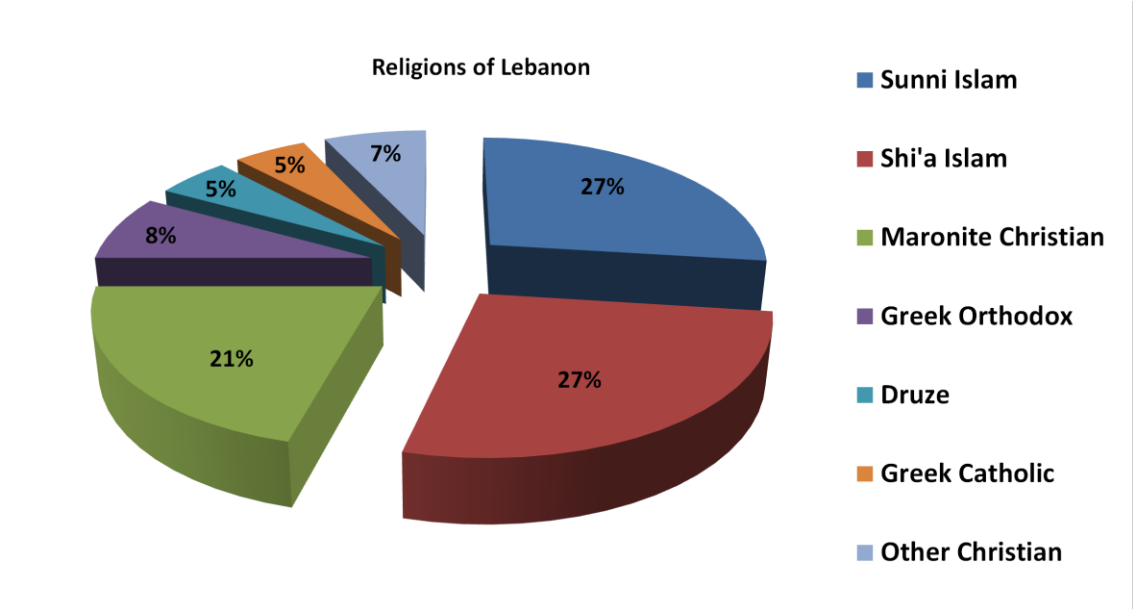
O Líbano se destaca por sua rica diversidade religiosa, com 18 diferentes grupos religiosos presentes. Essa pluralidade histórica moldou a cultura e a sociedade libanesa, caracterizando-a como um país multicultural e multiconfessional pesar da diversidade, três grupos se destacam em termos de representatividade:

- **Muçulmanos:** Com 54,3% da população, os muçulmanos são o maior grupo religioso no Líbano. Dentro do islamismo, predominam os sunitas (27%), seguidos pelos xiitas (27%).
- **Cristãos:** Representando 40,5% da população, os cristãos constituem o segundo maior grupo religioso no país. As principais denominações cristãs são:
    - Maronitas (21%)
    - Ortodoxos Gregos (8%)
    - Católicos Greco-Católicos (5%)
    - Outros cristãos (6%)

Outros Grupos Religiosos

Os 5,2% restantes da população se dividem entre drusos (6%), outros (6%) e judeus (menos de 0,1%).

Como demonstra a tabela abaixo:



O conflito envolveu, forças xiitas, drusos, sunitas, cristãos, israelenses e palestinos. Acima, a tabela apresenta a distribuição da população libanesa por religião, com base em dados de 2023. A análise se concentra em aspectos como a diversidade religiosa no país, a predominância de algumas religiões e a representatividade de cada grupo.

Já o conflito de 2006, árabe israelense ou a segunda guerra do Líbano observou-se uma série de acontecimentos em solo libanês como por exemplo:

- Em 17 de julho, um funcionário internacional da UNIFIL e sua esposa morreram quando aeronaves israelenses bombardearam o “Hosh District of Tire”, no Líbano;
- Em 23 de julho, o fogo do Hezbollah feriu um observador italiano;
- Em 25 de julho, o Hezbollah abriu armas pequenas em um comboio da UNIFIL, forçando-o a recuar;
- Em 25 de julho, quatro soldados do batalhão de Gana foram levemente feridos depois que um tanque de tanque israelense atingiu uma posição da UNIFIL durante os combates no sul do Líbano em 24 de julho de 2006;

Os estilhaços dos reservatórios disparados pelas FDI feriram seriamente um soldado indiano em 16 de julho de 2006.

Base da UNIFIL

A UNIFIL está atualmente implantada no sul do Líbano (sul do rio Litani) e principalmente pela Linha Azul, que é a fronteira entre Israel e o Líbano. As atividades da força se concentraram em monitorar a atividade militar entre Hezbollah e as Forças de Defesa de Israel com o objetivo de reduzir as tensões e aliviar a tensão ao longo da fronteira. A UNIFIL também desempenhou um papel importante na remoção de minas terrestres, na assistência a pessoas deslocadas e no fornecimento de assistência humanitária a civis na região subdesenvolvida do sul do Líbano. De acordo com a Resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que passou como resultado da Guerra do Líbano de 2006, o seu mandato e regras de compromisso mudaram.

A incumbência mudou para permitir até 15 mil funcionários, a fim de ajudar as Forças Armadas Libanesas a se deslocarem no sul do Líbano para implementar a soberania do governo libanês. As regras de engajamento mudaram para permitir que as tropas atiram fogo em certos casos: principalmente em casos de autodefesa, mas também para proteger civis, pessoal e instalações da ONU. A nova resolução enfatiza que a UNIFIL pode "tomar todas as medidas necessárias nas áreas de implantação de suas forças e, conforme julga suas capacidades, garantir que sua área de operações não seja utilizada para atividades hostis de qualquer tipo". Em 27 de agosto de 2006, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, disse que a UNIFIL não interceptaria as transferências de armas da Síria, a menos que o Líbano o promova.

Força-Tarefa Marítima

Em decorrência da segunda guerra entre Israel e Líbano ocorrida em 2006, (a primeira guerra entre os dois países havia ocorrido em 1982) o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1701, do mesmo ano, que criou a MTF, ou Maritime Task Force, (Força Tarefa Marítima), dentro da UNIFIL.

A Força Tarefa Marítima tinha e tem como objetivos principais, impedir o tráfico ilegal de armas, embarque e desembarque de pessoas envolvidas no conflito, mantimentos e armamentos. Assim com a sua atuação na costa marítima libanesa a Força Tarefa Marítima busca garantir efetivamente a paz e a estabilidade na região de fronteira marítima entre o Líbano e o Estado de Israel. Desde o seu início a FTM contou e conta até hoje com embarcações e com comandos de vários países integrantes da Organização da s Nações Unidas.

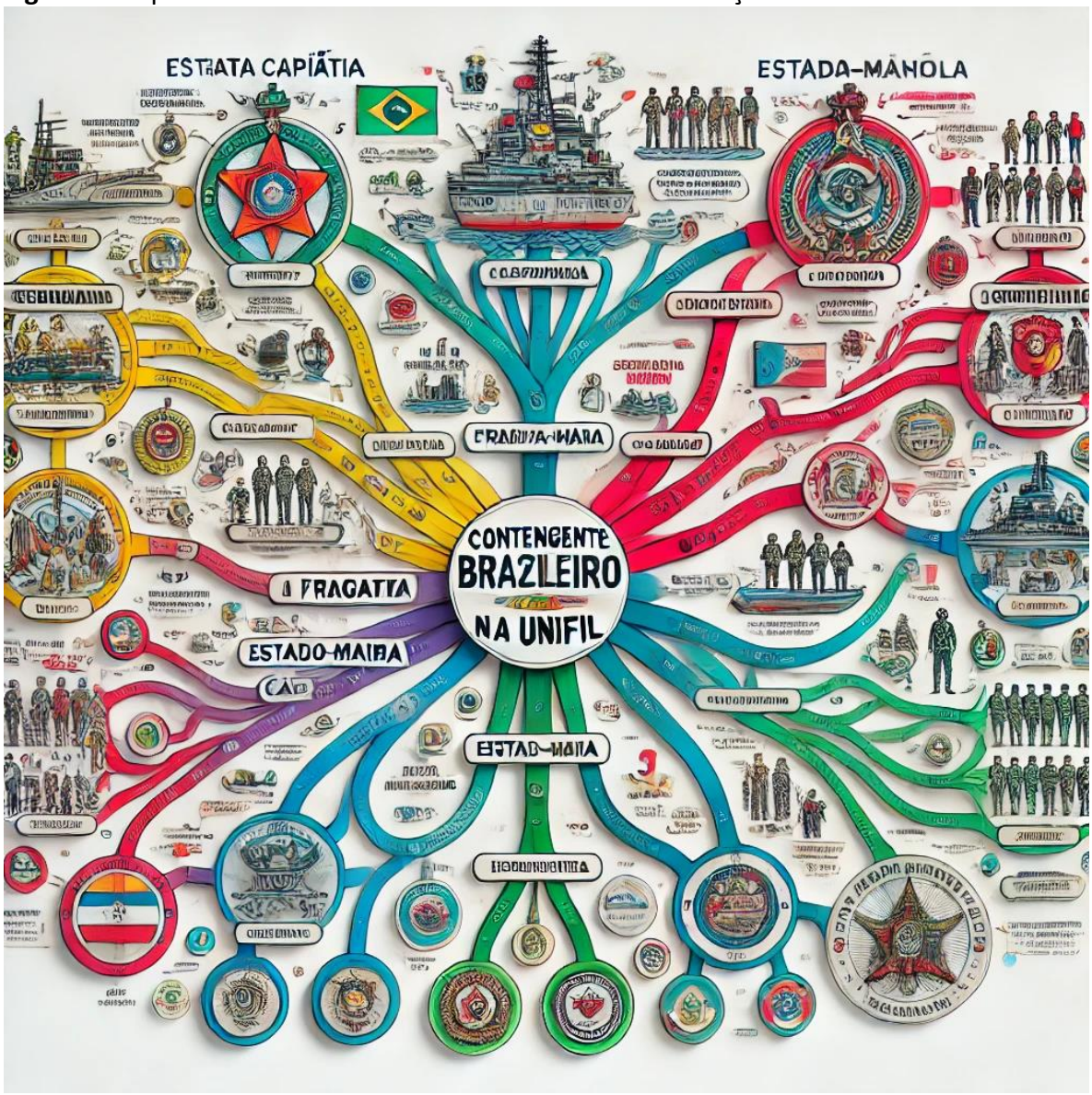
Dessa maneira a "Task Force Marítim" (MTF) é o componente naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A partir de fevereiro de 2012, o MTF está sob o comando do Contra-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith do Brasil. A fragata brasileira Constituição é o carro-chefe da frota que compreende navios do Brasil, Bangladesh, Alemanha, Grécia, Indonésia e Turquia. Após a Guerra do Líbano de 2006, a Força Tarefa Marítima da UNIFIL (MTF) foi criada para auxiliar as Forças navais libanesas na prevenção do contrabando de embarques ilegais em geral e de embarques em particular. Com a sua criação em Outubro de 2006, a força foi liderada pela Marinha alemã, que também foi o principal contribuinte da força. Os alemães lideraram o MTF até 29 de fevereiro de 2008, quando passaram o controle para o *EUROMARFOR* - uma força composta por navios de Portugal, Espanha, Itália e França (dos quais os três últimos países enviaram navios à força no Líbano).

O Comando Brasileiro da FTM da UNIFIL

Conforme as informações obtidas no ministério da defesa, as forças brasileiras estão desde 2011 no comando da missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano(UNIFIL).sendo a principal protagonista tendo um navio e uma aeronave orgânica na costa libanesa; O objetivo principal desta operação é de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos em solo libanês, além de contribuir para o

treinamento da Marinha libanesa, de modo que a mesma possa conduzir suas atribuições de forma independente.

Figura 1: Esquema ilustrativo da estrutura da UNIFIL e da Força Tarefa Marítima



Fonte: realização própria

Contingente Brasileiro na UNIFIL:

- 1 fragata atuando como navio-capitânia (com cerca de 250 militares)
- 13 militares pertencentes ao Estado-Maior da FTM
- 3 militares pertencentes ao Estado-Maior da UNIFIL
- 7 militares inseridos na Brigada Espanhola

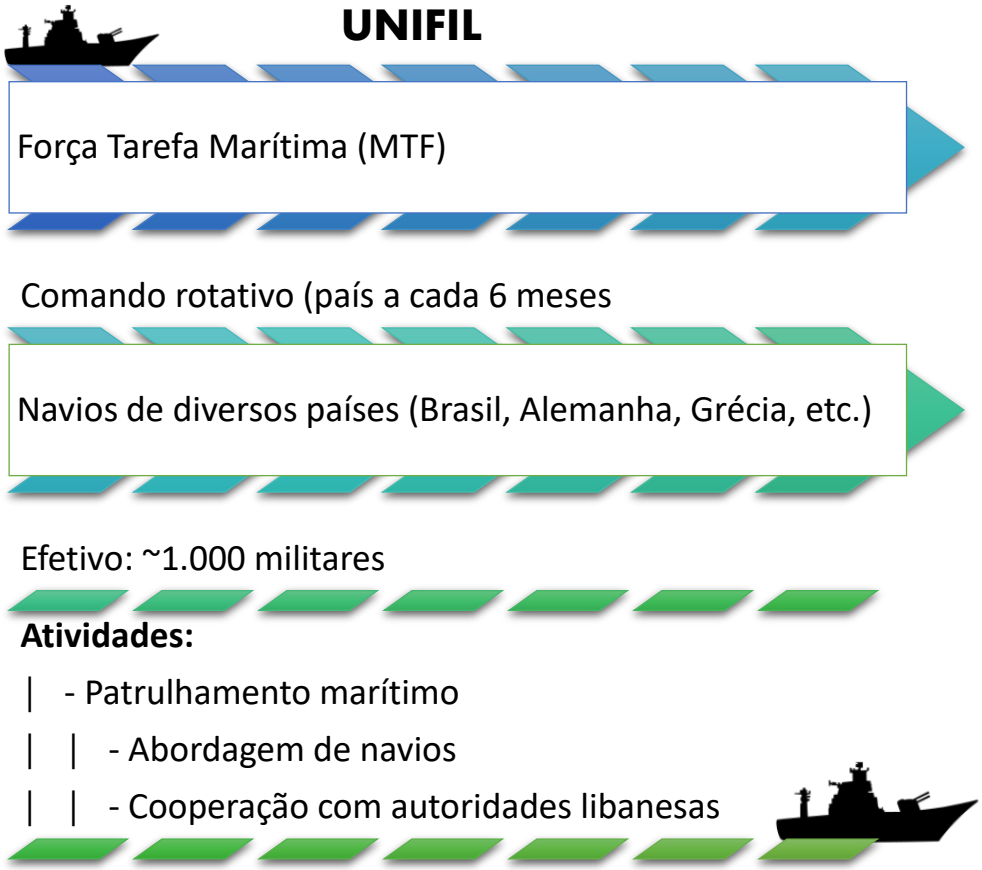
O Brasil desempenhou um papel vital na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), contribuindo significativamente com recursos humanos e logísticos. Um elemento central dessa contribuição é a fragata, que serve como navio-capitânia. Este navio, que abriga cerca de 250 militares, é a espinha dorsal da presença naval brasileira na região, desempenhando funções estratégicas cruciais no contexto da missão.

Além disso, a participação brasileira se estende ao Estado-Maior da Força Tarefa Marítima (FTM), onde 13 militares brasileiros estão envolvidos ativamente no planejamento e na execução das operações marítimas. Esses oficiais são peças-chave na coordenação das ações que visam garantir a segurança e a estabilidade na região marítima próxima ao Líbano.

A influência do Brasil também se manifesta no Estado-Maior da UNIFIL, com 3 militares brasileiros integrando esse grupo. Sua presença nesse segmento sublinha a importância do Brasil no comando geral e na administração da missão, além de sua específica contribuição naval.

Outro aspecto notável da participação brasileira é a colaboração com a Brigada Espanhola, onde 7 militares brasileiros estão inseridos. Esta integração reflete o compromisso do Brasil com a cooperação internacional e o fortalecimento das relações multilaterais dentro da UNIFIL, facilitando um ambiente de trabalho conjunto e multicultural.

O contingente brasileiro, portanto, não só reforça a capacidade operacional da UNIFIL, mas também demonstra o compromisso do Brasil com a manutenção da paz e a segurança internacional. A presença brasileira na UNIFIL é um testemunho do papel crescente do país em operações de paz globais, destacando sua disposição para liderar e colaborar em esforços multinacionais.



Fonte; realização própria

A Força Tarefa Marítima da UNIFIL inclui uma diversificada frota de navios provenientes de países como Alemanha, Grécia, Turquia, Bangladesh e Indonésia. Cada um desses países tem áreas e subáreas específicas designadas ao longo do litoral libanês, conforme o planejamento estratégico do Estado-Maior brasileiro. Esta colaboração internacional, coordenada pelo Brasil, não só fortalece a operacionalidade da missão, mas também facilita um valioso intercâmbio de experiências entre as nações envolvidas. Essa troca de conhecimentos é crucial para apoiar a Marinha libanesa, que continua a desenvolver e aprimorar suas próprias doutrinas e procedimentos operacionais. A participação do Brasil, portanto, transcende a simples contribuição de recursos, desempenhando um papel fundamental no treinamento e desenvolvimento das capacidades marítimas libanesas.

Com relação aos marinheiros que participaram da operação deve-se enfatizar que:

> “Os marinheiros que patrulham as águas do Líbano sob a bandeira da ONU são patrulheiros que, além de desempenharem seu papel como mantenedores da paz, também desenvolveram uma doutrina da ONU sobre operações marítimas e provaram ao Conselho de Segurança e à comunidade internacional os benefícios que o domínio marítimo pode trazer às operações de paz (Sergio Fernando de Amaral, 2011).”

Com base nas informações apresentadas anteriormente, o Contra-Almirante Sérgio Fernando de Amaral Chaves Jr. assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Desde 2011, a Marinha do Brasil tem estado à frente das operações marítimas da ONU no Líbano. Segundo HYAR, esse arranjo operacional revela a importância crítica da vigilância e controle marítimo na prevenção de conflitos e na promoção da paz em regiões instáveis. A responsabilidade atribuída à Marinha do Brasil na FTM ilustra seu papel crescente nas operações de paz internacionais e sua capacidade de contribuir para a segurança marítima global

> O raio de ação marítima, sob a responsabilidade dos militares brasileiros, é de 205 km de costa, sendo estabelecida uma área de operações (Area of Maritime Operations – AMO), cerca de quatro vezes maior do que o mar territorial libanês (Territorial Water - TTW), e 25% menor que a zona econômica exclusiva (ZEE) libanesa. Dentro da AMO, a FTM estabeleceu zonas para seus navios realizarem a vigilância, com vista a maximizar um alerta precoce de movimento de navios de entrada e de sua identificação antes de entrarem no mar territorial libanês (HYAR,2015, p.35)

Dessa maneira, para realização das OIM, as seguintes atividades foram desenvolvidas pelos navios da FTM, em composição com a LAF-N: busca e detecção de navios na AMO, especialmente aqueles que se dirigem aos portos libaneses; indicar à "LAFN os navios que devem ser inspecionados pelas autoridades portuárias, com o intuito de evitar a entrada de armamentos ilegais"; ao obter treinamento com a LAF-N embarcado, bem como realizar exercícios com navios libaneses (UNIFIL, 2013b).

Na imagem, a seguir, mostra um grupo numeroso de oficiais militares, vestidos com uniformes azuis escuros e boinas azuis claras, típicas de operações de manutenção de paz da ONU. Eles estão organizados em formação retangular, alinhados em várias fileiras sobre uma plataforma ao ar livre, com o mar e parte da infraestrutura portuária visíveis ao fundo. No centro da imagem, no fundo, há uma bandeira do Brasil, indicando que os oficiais podem ser membros da marinha brasileira participando de uma missão de paz, sob o comando da UNIFIL no Líbano,

Figura 1: Fragata brasileira atua no Líbano, em missão das Nações Unidas, para ajudar a impedir a entrada de armamentos no país pelo mar



Fonte:ministério da Defesa.gov, 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação brasileira na referida missão naval das Nações Unidas se inscreve dentro da lógica de recuperação do protagonismo internacional brasileiro nos dois governos Lula da Silva, nos quais a busca por maior projeção do Brasil no campo da segurança internacional se coaduna com as demandas de uma política de defesa voltada para os objetivos de construção da paz e segurança internacionais.

Para tanto, os projetos estratégicos de modernização da Marinha do Brasil aos seus submarinos convencional, nuclear e navios de superfície (fragatas e porta-aviões) tem no compartilhamento de experiências no campo tático e operacional com outras forças navais no âmbito das operações de paz a concretização da projeção externa do Brasil como uma potência pacífica e cooperativa no campo da paz e em consonância com os objetivos de projeção estratégica e comercial brasileira junto aos países do Oriente Médio, retomando a inserção comercial e estratégica do Brasil que se iniciara durante as políticas externas dos governos Geisel e Figueiredo entre os anos 1974 e 1985, em relação a parceiros comerciais e estratégicos do mundo árabe.

Este ensaio explorou a valiosa contribuição da Força Tarefa Marítima (FTM), estabelecida a pedido do governo libanês, como uma medida para mitigar a entrada não autorizada de armamentos pelo mar, essencial para a segurança e estabilidade do Líbano. Tal iniciativa reflete a profundidade das relações diplomáticas entre o Brasil e o Líbano, que são marcadas por uma sinergia de objetivos políticos e militares. Ambos os países buscaram reaproximação e suporte mútuo para enfrentar desafios regionais complexos, especialmente em um Oriente Médio conturbado.

A participação ativa da Marinha brasileira, destacando-se na implementação das Operações de Interdição Marítimas (OIM), não apenas reforça o papel do Brasil como um player

estratégico na geopolítica regional, mas também sublinha a importância da colaboração internacional na manutenção da paz e segurança globais. Este compromisso é reafirmado anualmente no Dia Internacional dos Soldados de Paz das Nações Unidas, uma ocasião para refletir sobre o sacrifício e dedicação dos que servem sob a bandeira da ONU.

As trágicas perdas ocorridas, incluindo a recente morte da Sargento Malaia Faridah Abd Rahman são lembretes sombrios dos riscos enfrentados pelos soldados de paz. Enquanto a UNIFIL continua a operar em condições adversas, a resiliência e coragem desses homens e mulheres são fontes de inspiração e um chamado à ação para todas as nações participantes.

Por fim, reiteramos a importância de todos os envolvidos reafirmarem seu compromisso com a Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU e trabalharem incansavelmente por uma solução diplomática. A paz duradoura no Líbano e na região mais ampla do Oriente Médio depende de uma diplomacia engajada e efetiva, na qual o Brasil desempenha um papel crucial. É somente através de esforços conjuntos e respeitosos que podemos aspirar a um futuro de estabilidade e prosperidade para todas as nações envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caso UNIFIL In: Direito Internacional em Expansão. Volume VIII. Anais do 14* Congresso Brasileiro de Direito Internacional, Belo Horizonte: ARRAES. Editores, 2016.

MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. "Perspectivas da diplomacia naval." *CAPA-REVISTA DA EGN* 19, no. 2 (2016): 391-410.

GALLO, Rodrigo, Alex Daniel, Beatriz Oliveira, Evelyn Kitano, Larissa Silva, and Leonardo Delduque. "O Brasil e a Unifil: Considerações sobre a Participação Brasileira na Força Tarefa Marítima."

HYAR, Albert Zaki. O Papel do Brasil na Unifil. ESG.2015.

KLEIN, Natalie. Maritime Security and the Law of the Sea. Oxford University Press, 2011

LE MIÈRE, Christian. Maritime diplomacy in the 21st century: Drivers and challenges. Routledge, 2014.

MAHAN, Alfred Thayer. The influence of sea power upon history, 1660- 1783. Read Books Ltd, 2013.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista; MOREIRA, William de Sousa. Maritime Co-operation among South Atlantic Countries and Repercussions for the Regional Community of Security Practice.

TANGREDI, Sam J. (Ed.). Globalization and maritime power. National Defense University Press, 2002.

MARTINS, Antonio Cesar da Rocha, A UNIFI. O Brasil e seus condicionantes de Defesa, Rio de janeiro: ESG, 2016.

TILL, Geoffrey. Seapower: a guide for the twenty-first century. Routledge, 2013.

VIZENTINI, Paulo G.F. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilaterização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2ª ed. – Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2004.